

~~TCMPA, observado o art. 19, parágrafo único, desta Resolução;~~

~~IV - à DIPLAMFCE encaminhar as cópias da deliberação e do Relatório Técnico de Levantamento à Controladoria responsável, para efeito de conhecimento, quando aplicável.~~

~~Art. 17. O Tribunal compartilhará os resultados do Levantamento com o Ministério Público Estadual ou Federal, para além de outros órgãos de controle e Poderes Públicos instituídos, conforme o caso, para as medidas consideradas cabíveis.~~

~~Art. 18. As deliberações proferidas em processos de fiscalização por Levantamento não conterão recomendações.~~

~~Art. 19. As informações produzidas durante a ação de Levantamento terão tratamento de informações públicas no TCMPA, de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).~~

~~Parágrafo único. A equipe de fiscalização poderá sugerir ao Conselheiro Relator e/ou à Presidência do Tribunal, nos casos de imprescindível sigilo, que o Relatório Técnico de Levantamento e outras peças do processo sejam consideradas sigilosas, no todo ou em parte, para que não prejudiquem as investigações legais em curso, as informações que tratam dos riscos identificados e as sugestões de futuras ações de controle.~~

~~Art. 20. Após a deliberação da decisão e os trâmites dispostos nesta Resolução Administrativa ou outras normas vigentes, haverá o arquivamento do processo de Levantamento, sem prejuízo, no que couber, de futuras fiscalizações e ações de controle decorrentes do conhecimento produzido.~~

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

~~Art. 21. Será dada prioridade na tramitação dos processos de Levantamento, de forma a garantir a adoção tempestiva dos resultados produzidos.~~

~~Art. 22. Cabe à DIPLAMFCE realizar estudos, receber sugestões para seu aprimoramento e propor eventuais ajustes para o aperfeiçoamento deste instrumento de fiscalização.~~

~~Art. 23. Os métodos e procedimentos, os fluxos de atividades (tarefas) e os modelos de papéis de trabalho, necessários à realização do levantamento, serão estabelecidos em manual específico a ser aprovado pelo Tribunal.~~

~~Art. 24. Até que seja elaborado o Manual de Levantamento deste Tribunal de Contas, será adotada a metodologia e as técnicas constantes no Roteiro de Levantamento do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Portaria-SEGECEX nº 24, de 14 de setembro de 2018, e posteriores inclusões e alterações.~~

~~Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.~~

~~Art. 26. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 23 de junho de 2021.~~

INSTRUÇÃO NORMATIVA

DETERMINAÇÃO PLENÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA

Nº 15/2021/TCMPA, de 23 de junho de 2021.

EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes de fiscalizações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, junto aos municípios jurisdicionados, vinculadas ao atendimento da Política Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da **Lei Complementar nº 109**, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º do Regimento Interno (**Ato nº 23/2020**), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil, que em seu art. 21, XX¹, trata da competência da União para instituir diretrizes para o saneamento básico, e no art. 23, IX², trata da competência comum da



União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para promover programas de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

CONSIDERANDO que, por ser de competência dos municípios a gestão local dos resíduos sólidos, a [Lei Federal nº 12.305/2010](#) determinou que tais entes devem estabelecer seu Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, denominado de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, do qual deve constar o conteúdo mínimo previsto nos artigos 18³ e 19⁴, da citada lei e, ainda, em caso de opção por consórcio intermunicipal o mesmo terá que observar as prescrições inseridas nos mesmos dispositivos;

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º⁵ da [Lei Federal nº 11.445/2007](#), cuja redação foi alterada pela [Lei Federal nº 14.026/2020](#), a qual trata do Novo Marco Legal do Saneamento Básico;

CONSIDERANDO que o direito da sociedade à informação e ao controle social é um dos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

CONSIDERANDO o dever que se impõe a todo ente federativo titular de serviços públicos de saneamento básico quanto à obrigatoriedade da observância da [Lei Federal nº 12.305/2010](#);

CONSIDERANDO, ainda, a aprovação das **Diretrizes de Controle Externo ATRICON nº 3.216/2018**, por intermédio da [RESOLUÇÃO ATRICON nº 07/2018](#), relacionadas ao “controle externo na gestão de resíduos sólidos”;

CONSIDERANDO, por fim, o poder normativo conferido ao TCMPA, nos termos do art. 2º, inciso II, da [LC nº 109/2016](#), para expedir atos e instruções acerca de matérias de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do TCMPA, a fiscalização da Política Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos, com objetivo de diagnosticar a implementação dos dispositivos das [Leis Federais nº 12.305/2010](#) e nº [14.026/2020](#), pelos Municípios do Estado do Pará.

Art. 2º. A fiscalização do TCMPA, prevista no art. 1º, ocorrerá em etapas, com foco inicial nos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, bem como, em caso da opção de consórcios intermunicipais, nos devidos Planos Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos, com objetivo de mapear os municípios que cumpriram os arts. 18 e 19 da [Lei Federal nº 12.305/2010](#).

Parágrafo único. Nas etapas das ações de fiscalizações, previstas no caput, os Prefeitos Municipais e/ou ordenadores de Fundo e/ou Secretarias de Meio Ambiente⁶, serão notificados e/ou citados para apresentarem documentos e/ou informações necessárias ao bom desempenho das atividades do Controle Externo deste TCMPA.

Art. 3º. As espécies de fiscalizações sobre as políticas municipais de gestão dos resíduos sólidos, instituídas nos termos desta Instrução Normativa, serão, previamente, aprovadas no Plano Anual de Fiscalização, do exercício correspondente.

Art. 4º. O encaminhamento de documentos e/ou informações solicitadas por força desta Instrução Normativa nas respectivas Notificações e/ou Citações, terão caráter obrigatório a todos os jurisdicionados, indicados no parágrafo único do art. 2º, desta Instrução Normativa, com supedâneo do dever legal de prestação de informações ao exercício do controle externo do TCMPA, sob pena de sanções pecuniárias e demais repercussões junto às prestações de contas do exercício correspondente, a partir de 2021, na forma da [Lei Complementar nº 109/2016](#) e do [Regimento Interno \(Ato nº 23\)](#).

Art. 5º. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente as detalhadas nesta Instrução Normativa, importará no enquadramento do ordenador responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da [LC nº 109/2016](#) c/c art. 698, inciso II, alíneas “a” e “b”, c/c art. 698, inciso III, alínea “a” do [RITCMPA](#).

Art. 6º. Além das sanções de ordem pecuniária, apurada a omissão da prestação de informações e/ou prestação de informações falsas, as situações irregulares serão consideradas para fins de repercussão junto às respectivas prestações de contas, vinculadas ao exercício correspondente, a partir de 2021.



Art. 7º. As manifestações, informações e documentos remetidas ao TCMPA, em decorrência desta Instrução Normativa, dar-se-ão, exclusivamente, pelo Sistema de Processo Eletrônico (SPE) e serão recepcionadas pela **Coordenação de Fiscalização Especializada em Meio Ambiente, Mobilidade, Mineração e Obras Públicas – CEMOP**, com o objetivo de consolidação de relatórios técnicos, seguindo-se, ato contínuo, à Presidência e aos respectivos Conselheiros-Relatores, para fins de análise e adoção de demais providências de alçada.

Art. 8º. O encaminhamento digital/eletrônico dos documentos e/ou informações em decorrência desta Instrução Normativa e respectivas Notificações e/ou Citações não desobriga a unidade jurisdicionada de manter devidamente arquivados, em sua sede, as informações, documentos e comprovantes relativos aos seus atos e que subsidiem a veracidade das informações declaradas, podendo o Conselheiro Relator, a seu critério ou mediante provocação, requerer documentos complementares, para subsidiar a análise pelo órgão técnico.

Art. 9º. O TCMPA poderá divulgar relatórios contendo dados e documentos, enviados nos termos desta Instrução Normativa, os quais tenham relevância pública e que não estejam legalmente protegidos por sigilo.

Art. 10. Fica delegada à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE do TCMPA, na forma da **Resolução Administrativa nº 01/2021/TCMPA**, a competência para expedir notificações e/ou outras comunicações aos jurisdicionados, indicados no parágrafo único do art. 2º, desta Instrução Normativa ou, ainda, aos responsáveis pelos Controles Internos do Executivo Municipal, objetivando o específico e exclusivo cumprimento das disposições estabelecidas neste ato.

Art. 11. Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 23 de junho de 2021.

NOTA DE FIM DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15/2021/TCMPA

¹ **Art. 21.** Compete à União:

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

² **Art. 23.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

³ **Art. 18.** A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

§ 1º. Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º. Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

⁴ **Art. 19.** O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o **§ 1º do art. 182 da Constituição Federal** e o zoneamento ambiental, se houver;

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a **Lei nº 11.445, de 2007**;

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;



VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX - programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a **Lei nº 11.445, de 2007**;

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

XIX - periodicidade de sua revisão, observado o período máximo de 10 (dez) anos.

§ 1º. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no **art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007**, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do caput e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.

§ 2º. Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º. O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º. A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 5º. Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do caput deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º. Além do disposto nos incisos I a XIX do caput deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º. O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º. A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º. Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do caput deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Art. 8º. Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico:

I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local;

II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.

§ 1º. O exercício da titularidade dos serviços de saneamento poderá ser realizado também por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, observadas as seguintes disposições:

I - fica admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente composto de Municípios, que poderão prestar o serviço aos seus consorciados diretamente, pela instituição de autarquia intermunicipal;

II - os consórcios intermunicipais de saneamento básico terão como objetivo, exclusivamente, o financiamento das iniciativas de implantação de medidas estruturais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, vedada a formalização de contrato de programa com sociedade de economia mista ou empresa pública, ou a subdelegação do serviço prestado pela autarquia intermunicipal sem prévio procedimento licitatório.

§ 2º. Para os fins desta Lei, as unidades regionais de saneamento básico devem apresentar sustentabilidade econômico-financeira e contemplar, preferencialmente, pelo menos 1 (uma) região



metropolitana, facultada a sua integração por titulares dos serviços de saneamento.

§ 3º. A estrutura de governança para as unidades regionais de saneamento básico seguirá o disposto na [Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 \(Estatuto da Metrópole\)](#).

§ 4º. Os Chefes dos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão formalizar a gestão associada para o exercício de funções relativas aos serviços públicos de saneamento básico, ficando dispensada, em caso de convênio de cooperação, a necessidade de autorização legal.

§ 5º. O titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização desses serviços, independentemente da modalidade de sua prestação.

⁶ Inclusive as equiparadas e com competências para a gestão das políticas municipais de saneamento básico, respeita a estrutura administrativa fixada em cada município.

DO GABINETE DO CORREGEDOR

SOLICITAÇÃO DE PARCELAMENTO

CONSELHEIRO SÉRGIO LEÃO

EXTRATO DE TERMO DE PARCELAMENTO

PROCESSO Nº: 202101227-00

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABAETETUBA/PA

INTERESSADO: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS

EXERCÍCIO: 2014

NÚMERO DO TERMO: 025/2021

NÚMERO DE PARCELAS: 06 (seis) parcelas

VALOR DA PARCELA: R\$ 2.237,52 (dois mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos)

NÚMERO DOS BOLETOS E VENCIMENTOS: 17/07/2021; 17/08/2021; 17/09/21; 17/10/21; 17/11/21; 17/12/21

DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 21/06/2021

Belém, 24 de junho de 2021.

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

Protocolo: 35452



DO GABINETE DE CONSELHEIRO

CITAÇÃO

CONSELHEIRO CEZAR COLARES

CITAÇÃO

Processo: 129003.2019.2.000

Origem: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO XINGU,

Comunicação: 402126

O(A) Exmo(a). Conselheiro(a) Sebastião Cezar Leão Colares, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento no Art. 177, do Regimento Interno desta Corte (RITCM-PA), CITA o(a) Senhor(a) ANDRE LUIZ DO AMARAL FERREIRA, Ordenador da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO XINGU do município de VITÓRIA DO XINGU – PA, a apresentar defesa às falhas discriminadas abaixo, apontadas no Relatório Técnico Inicial relativo ao exercício de 2019, que se encontra em anexo.

1. A execução financeira foi realizada pela controladoria tomando por base as informações declaradas no e-contas/bal. Encaminhar a execução financeira do período ordenado pelo gestor, em cumprimento a Resolução nº 004/2018/TCM/PA.

2. Não foi recolhido ao INSS os valores retidos dos servidores no montante de R\$ 13.951,73, descumprindo o estabelecido no Art. 216, Inciso I, Alínea “b”, do Decreto Federal nº 3.048/1999, podendo incorrer nas punições previstas no Artigo 168-A, CP;

3. Não foi recolhido à Prefeitura o montante de R\$ 12.524,60 retido dos servidores relativos ao IRRF, esclarecer porque não foi efetuado o recolhimento e se o valor foi inserido na receita tributária do município.

Diante do exposto, fica estabelecido o prazo de 30 dia(s), contados da ciência desta, para a apresentação de defesa, exclusivamente através do Sistema Processual Eletrônico (SPE), independente da apuração de multa e repercussões previstas no RITCM-PA.

Emissão: 19/05/2021 19:24

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/Relator/TCMPA



www.tcm.pa.gov.br



Consulte via leitor de QR Code/Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no endereço: <http://www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico>.



@tcm para



DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE